



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329640-2

COMARCA: Olinda - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Cesar Augusto do Nascimento Júnior e Outro

AGRAVADO: Jocemir dos Santos e Outros

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VOTO PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE ATIVA E DE CAUSA. PRELIMINAR REJEITADA. DIREITO DE VIZINHANÇA. CONSTRUÇÃO DE MURO. DESABAMENTO DE DEPENDÊNCIAS DO IMÓVEL VIZINHO. CONSTRUÇÃO IRREGULAR. PEDIDO LIMINAR. PAGAMENTO DE ALUGUÉIS ATÉ RESOLUÇÃO DO PROCESSO. DECISÃO CORRETA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Como a proprietária do imóvel é falecida, todos os seus herdeiros, que são os interessados, detêm a legitimidade para ajuizar as ações referentes ao imóvel.
2. Presentes os pressupostos, o magistrado deve sim conceder o provimento liminar.
3. Decisão correta, agravo improvido.

ACÓRDÃO:

Vistos, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível

mc (VIII)

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

do TJPE, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, tudo conforme teor do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 28 de


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator

de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329640-2

COMARCA: Olinda - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Cesar Augusto do Nascimento Júnior e Outro

AGRAVADO: Jocemir dos Santos e Outros

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Cesar Augusto do Nascimento Júnior e Outro contra decisão interlocutória (fls.24/25-tjpe) proferida nos autos da Ação de Indenização nº 0016244-42.2013.8.17.0990, tendo como Autores Jocemir dos Santos e Outros, em que o MM juiz da 5ª Vara Cível concedeu a tutela antecipada determinando que a Ré assumisse mensalmente os custos dos alugueis contratados no valor mensal de R\$500,00 (quinhentos reais) sob pena de multa diária de R\$50,00 (cinquenta reais).

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Defende, através de uma petição um pouco confusa, existir ilegitimidade ativa das partes por não morarem no imóvel objeto da lide. Ainda, defende a ilegitimidade das pessoas que foram submetidas à perícia traumatológica, por não serem filhos de nenhum morador do imóvel, sendo estranhos ao caso em lide.

mc (VIII)

26
R



87
uf.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- Em seus fundamentos, a parte Agravante afirma não poder arcar com o valor fixado, correndo o perigo de sofrer execução com a penhora e perda de seus bens.
- Assim, requer o provimento do presente recurso no sentido de reformar a decisão e suspender a tutela deferida, ou, alternativamente, diminuir o valor arbitrado para o patamar do auxílio aluguel pago pela Prefeitura de Olinda que hoje gira em torno de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

DECISÃO AGRAVADA:

"Isto posto, encontrando-se configurados os requisitos necessários para antecipação dos efeitos tutela, defiro o pedido para determinar que a parte ré assumia mensalmente os custos dos aluguéis contratados no termo do instrumento às fls. 54/56, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), devendo o primeiro pagamento ser realizado até 05 (cinco) dias após a intimação desta decisão, servindo de data base para o vencimento das demais parcelas locativas o dia do primeiro pagamento.

Intimem-se os demandantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem os dados da conta bancária na qual os aluguéis serão depositados, cientificando os réus, na sequência, sobre os dados bancários informados, através de mandado, ressaltando que, enquanto não lhes forem prestadas tais informações, os aluguéis deverão ser depósitos em conta judicial.

Cite-se (a/s) demandado (as), na forma requerida, para que, querendo, ofereça(m) sua(s) respectiva (s) defesa (s) no prazo de Lei, nos termos do CPC, art. 297 c/c art. 319, remetendo-lhe cópia da presente decisão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se."

mc (VIII)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

PEDIDO LIMINAR:

- Em fl.64/65 o pedido liminar fora indeferido.

CONTRARRAZÕES:

- Em contrarrazões de fls. 75/83 os Agravados rebatem todos os termos da inicial, pugnando pelo não provimento do recurso.

É o Relatório. Peço Pauta.

Recife, 21 de

Mário de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329640-2

COMARCA: Olinda - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Cesar Augusto do Nascimento Júnior e Outro

AGRAVADO: Jocemir dos Santos e Outros

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE ATIVA E ILEGITIMIDADE
DE CAUSA

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A parte Agravante defende, em preliminar, a ilegitimidade das partes Autoras por não residirem no imóvel objeto da lide.

Pois bem! Compulsando os autos, verifico que apenas dois Autores residem no imóvel juntamente com suas famílias, o que em nenhum momento foi silenciado por eles.

O fato é que a genitora dos Autores é a possuidora do imóvel há mais de 40 anos, sendo a parte legítima para a causa. Como a mesma já é falecida (fl.53) todos os seus herdeiros, que são os interessados, detêm a legitimidade para ajuizar as ações referentes ao imóvel.

O argumento de que os endereços referidos na petição inicial são diferentes do imóvel objeto da lide também é insubsistente. Ora, se o imóvel desmoronou e essa é exatamente a causa de pedir da ação, como as partes iriam receber as intimações e correspondências do processo?

mc (VIII)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Ainda, a parte afirma que as perícias traumatológicas feitas e anexadas aos autos são de pessoas estranhas ao processo. Ora, ficou claro que no imóvel residiam o Sr. Jocemir com sua filha e três netos menores. Ou seja, elas não são estranhas ao processo e residiam no imóvel em questão.

Assim, voto no sentido de rejeitar a preliminar levantada.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329640-2

COMARCA: Olinda - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Cesar Augusto do Nascimento Júnior e Outro

AGRAVADO: Jocemir dos Santos e Outros

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se agiu corretamente o juiz de piso ao conceder a tutela antecipadamente no sentido de determinar que a parte ré assumisse mensalmente os custos dos alugueis contratados no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) sob pena de multa diária de R\$50,00 (cinquenta reais).

Pois bem!

Acerca dos requisitos para a concessão, ensina Hélió do Valle Pereira, sob o título "PROBABILIDADE DO DIREITO":

"A "verossimilhança da alegação" e a "sua prova inequívoca" têm em conta o direito verberado pelo acionante. São a causa de pedir e o pedido que são trazidos por ele. Para alcançar a antecipação da tutela, deverá o autor apresentar uma tese jurídica consistente, é dizer, uma interpretação jurídica que seja convincente, que não esteja sujeita a uma compreensão diversa. Não que se pretenda que o Direito possa ser unívoco (com somente uma possível interpretação), mas que no caso

mc (VIII)



93

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

concreto a visão do autor seja a mais plausível, aquela que traga um destacado conforto. Claro que assim ocorrerá quando houver a esse respeito uma sedimentação doutrinária e jurisprudencial - sem prejuízo, é claro, da apresentação de uma tese original, que ainda não tenha sido submetida ao anterior enfrentamento do foro. O que se exige, em outros termos, é que ao juiz surja uma forte probabilidade de que a exegese apresentada pelo autor seja a certa - ainda que teoricamente possam ser achados argumentos que a desabonem.

Ocorre que a pretensão deve também estar alicerçada em um fato, devendo ele estar bem revelado nos autos. Quer dizer, deve haver provas de que a versão do autor, vista sob o ângulo fático, seja verdadeira. A análise dos elementos de convicção já encartados no processo hão de demonstrar a perspectiva de que a narrativa do autor seja autêntica."

(Manual de Direito Processual Civil: Roteiros de Aula - Processo de Conhecimento. 2ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008. p. 562-563, sublinhou-se).

De fato, percebe-se haver, no presente caso, a juntada de provas que sugerem a plausibilidade do direito almejado pelos Autores. Ora, o Agravado construiu um muro em sua propriedade sem autorização do Município ocasionando o desabamento e destruindo por completo o imóvel em que residiam dois dos demandantes e familiares, alguns inclusive menores de idade.

Ainda, a decisão do juiz de piso foi baseada em laudos técnicos de vistoria da Secretaria de Obras do Município que certifica a ocorrência de erro na obra e a inexistência de licença municipal para a construção.

mc (VIII)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Percebe-se que é inegável o risco de prejuízo para a parte Agravada caso não sejam antecipados os efeitos da tutela, pois os mesmos estão sem o imóvel onde residiam por necessidade de desocupação imediata do bem e, conseqüentemente, procuram uma nova moradia, o que gera custos antes inexistentes, como o do valor do aluguel.

Face ao exposto, nego ao presente recurso, mantendo-se todos os termos da decisão agravada.

É como voto.

Recife,

28

de

de 2014

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator